

Plano de Trabalho para a Redacção
do
Relatório do Estado Geral
do Ambiente em Angola

As novas visões sobre o Desenvolvimento Sustentável indicam os objectivos e os programas para a integração da dimensão ambiental nas estratégias de desenvolvimento, reconhecendo o papel positivo e necessário das comunidades na combinação do crescimento económico e da protecção ambiental e dando fim à teoria e prática do conflito entre meio ambiente e desenvolvimento.

A política ambiental dos últimos anos inspirou-se, portanto, neste critério para acelerar e qualificar a necessária mudança da cultura negativa e ideológica das proibições para a cultura positiva do ambiente como “motor de desenvolvimento” e como “oportunidade”: em de facto, a melhoria do desempenho ambiental da economia, a inovação tecnológica e a difusão de novos conhecimentos e competências não podem ser o resultado de obrigações e proibições, mas sim de um processo partilhado pelas autoridades governamentais e pela comunidade.

As questões ambientais estão no centro das preocupações enquanto sabemos que o País, pela sua localização geográfica, é exposto aos riscos das acções climáticas. A seca grave, as temperaturas acima da média, a intensificação de fenómenos meteorológicos extremos, de acordo com grande parte da comunidade científica, serão uma realidade.

A extensão da devastação originada pelos incêndios florestais que afetaram o território nacional e a seca que o País ciclicamente atravessa, evidenciam a urgência da mudança de paradigma e a necessidade da alteração de comportamentos individuais e coletivos, que transformem o nosso modo de vida e a forma como utilizamos o Ambiente.

Igualmente fundamental é a o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a consequente concretização de medidas de prevenção, protecção e adaptação do território, medidas essas transversais a todos os sectores da economia.

O Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola (REGA) tem sido, ao longo dos últimos anos, o testemunho sistemático da informação e evolução das políticas e medidas que o País levou a cabo em matéria ambiental, cumprindo a função de informar e monitorizar os resultados alcançados, apresentando os progressos, mas também os constrangimentos existentes nos diferentes domínios ambientais.

A nova edição deverá apresentar o enquadramento socioeconómico nacional, seguindo-se a actualização dos cenários que fazem parte integrante do relatório.

Em particular o Relatório deverá tratar os seguintes aspectos.

1. Economia e Ambiente:

- *Consumo interno de Materiais*
- *A produtividade associada à utilização de materiais*

2. Assentamento Humano e Evolução Social

- *Assentamentos Humanos no Litoral*
- *Assentamentos Humanos no Interior*
- *Organização da Sociedade Civil*
- *Educação*
- *Saúde*

3. Energia e Clima:

- *Demanda de Energia.*
- *Diversificação das Fontes.*
- *O Impacto da Energia no Ambiente.*
- *As Perspectivas da Bioenergia.*

4. Qualidade do Ar

- *A poluição por partículas inaláveis.*
- *A poluição atmosférica por dióxido de azoto (NO₂).*
- *Substâncias acidificantes e eutrofizantes (SO₂, NO_x e NH₃).*

5. Hidrografia,

- *Qualidade da água para consumo humano.*
- *Disponibilidade hídrica superficial e subterrânea.*
- *A utilização de recursos hídricos.*

➤

6. Ambiente e Agricultura

- *A evolução da produção agrícola.*
- *Ecoeficiência na Agricultura*

7. Ambiente e Turismo

- *Regulamentação ambiental e gestão ambiental para serviços turísticos*
- *O Papel das Áreas Protegidas para o Turismo Sustentável*

8. Biodiversidade

- *Flora, fauna, habitats e ecossistemas*
- *O valor ético, o valor estético e o valor recreativo*
- *Conservação do solo para a manutenção da Biodiversidade*
- *Recenseamento dos Parques*
- *Designação das Zonas exclusivas de Conservação da Biodiversidade*

9. Resíduos

- *Gestão, Tratamento e Valorização de Resíduos*
- *Origem, Características, Propriedades e Classificação*

- *Tratamento em Função do Tipo e das Características dos Resíduos*
- *Propriedades do Composto para Valorização Agrícola*

10. Riscos e Impactos ambientais

- *Degradação do solo*
- *Sobre-exploração dos solos*
- *Erosão do solo*
- *Desertificação*
- *Deflorestação*
- *Queimas*
- *Actividade mineira*
- *Actividade petrolífera*

11. Enquadramento Político E Jurídico

- *Legislação Ambiental*
- *Governação do Ambiente*

GRUPO DE TRABALHO:

Ministerio do Ambiente;

- Instituto Superior de Recursos Minerais, Ambiente e Tecnologias – Universidade Católica de Angola
- Secretariado de Estado para o Ambiente
- Secretariado de Estado para acção climática e Desenvolvimento sustentável
- Direcção Nacional do Ambiente
- Direcção Nacional de Educação ambiental
- Direcção Nacional de acção climática e desenvolvimento sustentável
- Direcção Nacional de Tecnologia ambiental
- Gabinete Jurídico e Intercambio
- Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.
- Nacional de Gestão Ambiental (INGA)
- Agência Nacional dos Resíduos (ANR)
- Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC)
- Fundo Nacional do Ambiente
- Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC)
- Centro de Análises e Controlo Ambiental (CAPA)

- Ministério das Finanças**
- Ministério da Energia e Aguas**
- Ministério da Cultura e Turismo**
- Ministério do Planeamento**
- Ministério Obras Públicas, Urbanismo e Habitação**
- Ministério da Agricultura e Florestas**
- Ministério das Pescas e Recursos Marinhos**
- Ministério da Educação**
- Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher**
- Ministério dos Transportes**
- Ministério da Saúde**
- Instituto Nacional de Estatística**
- Gabinetes Provinciais**

Academia:

- 2 Hidrogeólogos
- 2 Geomorfólogos
- 1 Especialistas em Direito do Ambiente
- 1 Especialistas em Ciências Humanas
- 1 Especialistas em Ciências Medicas
- 2 Geoquímicos
- 2 Pedólogos
- 2 Agrónomos
- 2 Botânicos
- 1 especialista em SIG
- 4 Investigadores de campo

- Território e Organização Administrativa
- Factores Climáticos e Orográficos
- Recursos Naturais
- Contexo Ambiental
- Contexto Sócio – Económico
- Indicadores Demográficos
- Urbanização
- Assentamentos Humanos e Habitação
- Saúde
- Educação
- Contexto Económico
- Sector Real da Economia
- Medidas de Política Económica para 2024
- Sector Real da Economia
- Infraestruturas
- Biodiversidade Terrestre
- Parques Nacionais e Reservas Naturais Integrais e Parciais
- Áreas de Conservação
- Sítio e Espécies de Grande Interesse Biológico e Ecológico de Angola
- Áreas de Conservação
- Espécies Ameaçadas de Extinção
- Sítio e Espécies de Grande Interesse Biológico e Ecológico de Angola
- Combate a Caça Furtiva...
- Oceanos e Áreas Costeiras de Angola
- Medidas de Monitorização
- Protecção e Gestão do Meio Marinho e Costeiro
- O Ar e os Efeitos das Alterações Climáticas
- Seca
- Degradação da Terra e Desertificação
- Impactos Ambientais
- Desflorestação
- Resíduos
- Plano de Gestão de Resíduos
- Plano de Frecolha selectiva dos Resíduos

- **ESTRATÉGIA DO MINISTÉRIO**
- **PRESUPOSTOS**

- ANÁLISE DA SITUAÇÃO**
- MEIOS DE VERIFICAÇÃO**